

RECEBER RENDIMENTOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIAR EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANÇ. CONSULTA DE ORÇAMENTO DO EXTERIOR PELA CABB SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREMITIR COMPROVANTES ASSINAR CONTRATOS DE CAMBIO PRONTO EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE- EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALÍVIO DE NÚMERO ASSINAR CONTRATO DE DERIVATIVOS FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO RECEBER/QUITAR, PELO VENDEDOR, CRÉDITO DE FINANCIAÇÃO CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZAR CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DÉBITO/TRANSF. MEIO ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTOS DE SERVIÇOS DE CAMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR AUTORIZAR ADESÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PONTOS PODER ESPECÍFICO PARA UMA OPERAÇÃO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL UFECHAR OPERAÇÕES DE SWAP FECHAR OPERAÇÕES A TERMO FECHAR OPERAÇÕES DE OPCOES REPRESENTAR VENDEDOR E OUTROS INTERVENIENTES NO FINANÇAMENTO ASSINAR/AUTORIZAR CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS ASSINAR INSTR. CONVENIO E CONTRATO PREST. SERVIÇOS ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCIAÇÃO SOLICITAR/BAIXAR RELATÓRIOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ASSINAR MANDATO ELETRÔNICO DE DEPÓSITO JUDICIAL CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ALIENAR BENS MÓVEIS AVALIZAR PARA COLIGADAS, CONTROLADAS E AFILIADAS PRESTAR FIANÇA PARA COLIGADAS, CONTROLADAS E AFILIADAS ASSINAR LETRAS DE CAMBIO/SAQUES BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DE DEPÓSITO JUDICIAL EFETUAR CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA CONSULTAR RELATÓRIOS DE SERVIÇOS DE ADM. ASSINAR CONTRATO DE COE

Art. 2º Os documentos acima descritos deverão ser assinados por, no mínimo, dois ordenadores, podendo ser considerada qualquer combinação dentre os cargos descritos acima.

Art. 3º A competência de que trata o Artigo 1º refere-se a(s) conta(s) corrente n.º 12663-2, da agência 1674-8, do Banco do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a contar de sua publicação. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Belém, 22 de abril de 2021.

**ANDRÉ LUIZ BARBOSA DA CUNHA**  
Coordenador Municipal de Turismo - BELEMTUR

**AGÊNCIA DISTRITAL DE MOSQUEIRO - ADMO**

**PORTARIA Nº. 041/2021 – GAB / ADMO, DE 07 DE ABRIL DE 2021**

A AGENTE DISTRITAL DE MOSQUEIRO, no uso de suas atribuições legais estabelecidas; e

Considerando o disposto no art. 18, XXVIII da Lei Orgânica do Município de Belém, no art. 169 da Lei Municipal nº 7.502/1990, e na Instrução Normativa nº 002/2017-SEMAD, de 14 de fevereiro de 2017;

Considerando a ciência e a manifestação do servidor no Processo Administrativo Nº. 305/2016 - ADMO, relativo ao pedido de aposentadoria voluntária.

**RESOLVE**

AUTORIZAR o afastamento preliminar à aposentadoria do servidor JOÃO DA SILVA SOUZA (0008982-015), Agente de Serviços Urbanos – AUX.02, das atividades do cargo a contar de 01/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
AGÊNCIA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

**VANESSA EGLA ROCHA DO NASCIMENTO**  
Agente Distrital de Mosqueiro

**PORTARIA Nº. 042/2021 – GAB - ADMO, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

A AGENTE DISTRITAL DE MOSQUEIRO, no uso de suas atribuições legais estabelecidas; e

Considerando o disposto no art. 18, XXVIII da Lei Orgânica do Município de Belém, no art. 169 da Lei Municipal nº 7.502/1990, e na Instrução Normativa nº 002/2017-SEMAD, de 14 de fevereiro de 2017;

Considerando a ciência e a manifestação da servidora no Processo Administrativo Nº 329/2020-ADMO, relativo ao pedido de aposentadoria voluntária.

**RESOLVE**

AUTORIZAR o afastamento preliminar à aposentadoria da servidora HELIANA CARVALHO DE ALCANTARA (0009113-010), Agente de Serviços Urbanos – AUX.02, das atividades do cargo a contar de 03/05/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
AGÊNCIA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

**VANESSA EGLA ROCHA DO NASCIMENTO**  
Agente Distrital de Mosqueiro

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPMB**

**PORTARIA GP Nº 0240/2021-GAB/IPMB DE 22 DE ABRIL DE 2021.**

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPMB, no uso de suas atribuições legais e as atribuições que lhe confere o Decreto nº. 90.444/2017 – PMB, de 28/12/2017 da Lei Municipal nº 9.286/2017 de 26/06/2017;

Considerando a Lei 8.666/93 de Licitações de Contratos Administrativos, no seu art. 67, exige que a execução do contrato deva ser acompanhada e principalmente fiscalizada por um agente de administração designado pelo Gestor do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual para o fim que se destina;

Considerando a necessidade demanda através do processo de nº 2021.69.201457 PA;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR o servidor DHONY FONSECA VALE, matrícula nº 0430587-031, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução do Contrato nº 001/2021, celebrado entre o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém/IPMB e REDELAN COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.657.301/0001-46, neste ato representado por seu representante legal ELISA SARAIVA SOUZA, brasileira, empresária, RG nº 1.548.582 SSP/PE, inscrita no CPF sob o nº. 085.509.257-21, doravante denominada CONTRATADA, que tem por objeto o “A COMPRA DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA”, no período vigência do crédito, 07 (sete) meses, de acordo com o Termo de Referência e contrato em anexo, na forma do Processo Administrativo nº 2021.69.201457 PA (Sisprev) IPMB, para atender as necessidades do CONTRATANTE, tudo na forma do Processo Administrativo em referência e da proposta nele apresentada pela CONTRATADA, que passa a fazer parte integrante e inseparável do presente instrumento.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

**EDNA MARIA SODRÉ D'ARAUJO**  
Presidente do IPMB

**CONTRATO Nº 001/2021/IPMB/PMB**  
Referente ao Processo Nº 2020.69.201457 PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE BELÉM – IPMB E A EMPRESA REDELAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE BELÉM, representado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE BELÉM – IPMB, Instituição Autárquica Municipal, instituída pela Lei Municipal nº 9.286/2017, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 2070, Bairro do Marco, Cep: 66613-710, nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF nº 29.331.615/0001-82, inscrição municipal nº 294186-8, neste ato representado por sua Presidente, Dr.ª EDNA MARIA SODRÉ D'ARAUJO, divorciada, servidora pública, advogada, RG nº 6360593, CPF nº 189.942.102-53, e de outro lado a REDELAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, empresa com sede estabelecida na cidade de Vitória, na Avenida Rozemero Serapião de Souza Filho nº 338, Loja 05, REPUBLICA, CEP 29.070-170, Vitória - Espírito Santo: mgfinfotec@gmail.com, telefone (91) 9414-2650, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.657.301/0001-46, doravante denominada CONTRATADA; neste ato representada pelo Sra. ELISA SARAIVA DE SOUZA, brasileira, empresária, solteira, CI nº 1.548.582 SSP-ES, CPF nº 085.509.257-21, residente e domiciliada na Rua Gustavo Barroso nº 278, bairro Chácara Parreiral, Serra – ES, CEP 29.164-370, resolvem celebrar o presente contrato nº 001/2021, com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, resultante do MEMO Nº 001/2021-NUTI/IPMB, Cotação de Preços nº. 008/2021 - IPMB, consoante o Processo administrativo nº 2020.69.201457 PA, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1.1. O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 24 – inciso IV, Lei nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 5.450/05, 7.892/13, e 8.538/15, Decretos nº 877 e 878, de 31 de março de 2008, Decreto Estadual 876, de 29 de outubro de 2013, Lei Municipal nº 9.209-A/16, Decretos Municipais nº 47.429/05, nº 49.191/05, nº 48.804-A/05, nº 64.684/10, 75.004/13 e 80.456/14, nº 7.504/13, e demais legislações aplicáveis ao assunto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA**

2.1. O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Termo de Referência, constante à fls. (09 A 11), do processo nº 2020.69.201457 PA; e aos termos da proposta vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

3.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Jurídica do IPMB, conforme consta no processo nº 2020.69.201457 PA, seguindo os termos do Parágrafo Único, do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX; e inciso X, do art. 10, do Decreto nº 47.429/2005.

**CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO**

4.1. Contratação de pessoa jurídica para o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ESTE IPMB, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, em conformidade com as especificações, qualidades, eficiência e condições gerais, estabelecidas no Termo de Referência.

4.2. Passam a fazer parte integrante deste Contrato, sob a forma de anexos, como se nele fossem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Termo de referência e seus anexos;
- b) Proposta de Prestação de Serviços e anexo;

4.3. A prestação dos serviços pela CONTRATADA à CONTRATANTE, consoante estabelecido no Processo Nº 2020.69.201457 PA, iniciado através do MEMO Nº 001/2021-NUTI/IPMB, terá por fim atender as necessidades do INSTITUTO, na forma do quadro que segue no PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MODELO TL SF1007D MARCA TP-LINK	UND	05	R\$ 89,70	R\$ 448,50
02	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 Modelo TL SG1024D Marca TP-LINK	UND	01	R\$ 797,00	R\$ 797,00
03	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 230W SMALL C/ CABO/CAIXA (BLU23AT)	UND	30	R\$ 117,00	R\$ 3.510,00
04	Roteador Wireless N 300 mbps ipv 6 Modelo Tl wr840 n W Marca Tp-link	UND	10	R\$ 127,00	R\$ 1.270,00
05	TECLADO USB PARA COMPUTADOR C3 PLUS KB-15	UND	40	R\$ 37,00	R\$ 1.480,00
06	MOUSE USB C3 PLUS MS-27	UND	40	R\$ 12,97	R\$ 518,80
07	ESTABILIZADOR 300 W VA 110V MARCA PADRÃO FORCE	UND	20	R\$97,00	R\$1.940,00
08	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS NOVO PADRÃO FORCE	UND	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
09	CONNECTOR RJ45 MACHO CAT5E MARCA SECCON	UND	100	R\$ 0,30	R\$ 30,00
10	CABO UTP CAT5 CX 305M AZUL MARCA MEGATRON	UND	305	R\$ 0,85	R\$ 259,25
Valor por extenso: Onze mil sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos.					R\$ 11.063,55

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO**

5.1. Os objetos serão entregues conforme abaixo:

a) Os produtos deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho e de acordo com a solicitação formal, que poderá ser em sua sede ou outra unidade do órgão localizado na Região Metropolitana de Belém, para efetivar a entrega respectiva, quando então apresentará a nota fiscal correspondente. A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega ao órgão contratante, no horário de expediente, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

5.2. A critério do CONTRATANTE poderá ser modificado o local de entrega, para outro endereço no Município de Belém, sem qualquer tipo de ônus adicionais

5.3. A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes neste conforme termo de referência.

5.4. De acordo com o §4º, Art. 9º do Decreto Municipal nº 91.254/2018, a prioridade de aquisição dos produtos serão das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

5.5. Os itens adquiridos deverão ser novos e de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e, em perfeitas condições de uso, sendo entregues, sem ônus de frete para a CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente;

5.6. Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior ou com os lacres de segurança (para aqueles que houver) rompidos;

**CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

6.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

6.2. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, o Órgão Contratante deverá realizar consulta ao SicaF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.3. A CONTRATADA deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações;

7.1.2. Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes nos anexos deste termo;

7.1.3. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais)/ Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos produtos, observando ainda as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.4. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes em cada um dos itens que compõem o objeto deste termo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.5. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada.

7.1.6. Efetuar o pagamento convencionada neste Instrumento;

7.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

7.1.8. Zelar pela boa qualidade dos produtos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações;

7.1.9. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

7.1.10. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

7.1.11. A CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços ao fornecimento dos produtos, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

**CLÁUSULA OITVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATADA, além das obrigações contidas no Termo de Referência e na Proposta, se obriga a:

8.1.1. Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização do contrato, por parte do CONTRATANTE;

8.1.2. Apresentar relatório de execução e fornecimento, quando solicitado;

8.1.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado, por culpa ou dolo na execução do contrato, à CONTRATANTE, aos seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

8.1.4. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

8.1.5. A CONTRATADA deverá indicar um responsável, na qualidade de proponente, para representá-la durante a execução do contrato, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;

8.1.6. Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

8.1.7. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) produtos(s), objeto da dispensa de licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade e segurança, conforme previsto na legislação em vigor;

8.1.8. A CONTRATADA deverá assegurar a garantia e responsabilizar-se por falhas no fornecimento e qualidade dos produtos.

8.1.9 - Cumprir com o objeto em conformidade com o detalhamento expresso no Termo de Referência, e observadas as normas constantes deste instrumento;

8.1.10 - Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

8.1.11 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;

8.1.12 - Responsabilizar-se pela indenização, em valor compatível com os danos materiais transportados, em virtude de danos, avarias e roubos que lhes venham a ser causados, ainda que decorrente de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;

8.1.13 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor indicado pelo CONTRATANTE para acompanhamento do objeto em questão, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.1.14 - Na ocasião da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá dispor de Certificação Digital, nos termos da resolução nº 11.536/2014 - TCM.

**CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. O objeto desta licitação será recebido por servidor designado ou comissão, na forma do art. 15, §8º, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

- a) Provisoriamente: no ato da entrega dos relatórios de fornecimento dos produtos, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de referência, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- b) Definitivamente: no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta dispensa de licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos contratados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às observações de caráter técnico do fiscal a ser designado, que estará investido de plenos poderes para:

- a) Conferir se o fornecimento dos produtos, quando concluído, está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. Preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

10.2. O pagamento será efetuado em 7 (sete) parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.580,50 (Hum mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos), a contar da data da entrega única e total dos produtos, tendo como data base para pagamento o 15 (décimo quinto) dia útil da data lavrada no termo de recebimento provisório, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência da entrega do produto, quais ao término do pagamento das parcelas totalizarão o valor da compra em R\$ 11.063,55 (onze mil e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos),

10.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

10.4. Será procedida consulta “online” junto ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT antes do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

10.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha ocorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente, em regime de juros simples.

10.6. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual – 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

10.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

10.8. Caso se faça necessária à reapresentação de nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento estipulado no item “10.2” reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA**

11.1. Caberá ao titular do CONTRATANTE, ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto deste contrato, para efeito de pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento do município para o exercício de 2021, como a seguir especificado (fls.43 do proc nº 2021.69.201457 PA):

**PREVIDÊNCIA:** Órgão 2.18: Unidade Orçamentária: 41 - Função: 09 – Sub Função: 122 – Programa: 0006 - Projeto/Atividade: 2140, Sub- Ação: 002 – Tarefa 001– Natureza da Despesa: 33.90.30.00; Fonte de Recursos: 143000000000, no valor global de R\$11.063,55 (Onze mil sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO**

13.1. O valor global para a compra dos produtos contratados importa na quantia de R\$11.063,55 (Onze mil sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)

13.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse das partes, com apresentação das devidas justificativas, respeitados os limites impostos pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO**

15.1. No interesse do IPMB, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93;

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas,

os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto nas supressões resultantes de acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2. Nos termos do art. 86, da Lei n.º 8.666, de 1993, fica a CONTRATADA, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo Contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor anual estimado do Contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

16.3. Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato.

16.4. Não havendo mais interesse do órgão ou entidade CONTRATANTE na execução do contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 1993.

16.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos arts. 87 e 88 da Lei n.º 8.666, de 1993, e nas disposições da Lei n.º 10.520, de 2002.

16.6. O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

16.7. Se o valor da multa for superior ao valor devido à CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

16.8. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

a) Comportar-se de modo inidôneo;

b) Fizer declaração falsa;

c) Cometer fraude fiscal;

d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.9. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93;

16.10. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificada e aceito pela CONTRATANTE, isentará a CONTRATADA das penalidades mencionadas;

16.11. A critério da Administração do IPMB, o valor da (s) multa (s) poderá ser descontado dos valores a serem pagos à contratada.

16.12. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o IPMB ou com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

16.13. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

16.14. No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

17.1. Constituem motivos para a rescisão à inexecução total ou parcial do Contrato, além das hipóteses legalmente previstas no art. 78, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.

17.1.1. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao CONTRATANTE, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 80, da Lei 8.666/93.

17.1.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.1.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, comprovados mediante processo administrativo, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento efetivado prestado em decorrência da execução do Contrato até a data da rescisão.

17.1.4. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhes aplicado, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Inciso XII do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

19.1. O prazo de execução do objeto deste Contrato é o da vigência dos respectivos créditos, inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se na data para o pagamento da última parcela, porém a CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias, da data da assinatura do presente contrato, PARA REALIZAR A ENTREGA TOTAL DOS PRODUTOS, podendo o presente contrato ser prorrogado, através de Termo Aditivo, conforme a necessidade do INSTITUTO, havendo concordância entre as partes. A vigência deste documento coincide com o prazo de execução, de acordo com o Art. 57, II, da Lei 8.666/93, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOM.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REGISTRO DO CONTRATO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO**

20.1. O presente Contrato será registrado no TRIBUNAL DE CONTAS DO MU-

NICÍPIO, na data da publicação do seu extrato, conforme prescreve o art. 6º, inciso VII da resolução 11.535/2014 – TCM.

20.2 A empresa terá que apresentar o Certificado Digital conforme IV artigo do TCM

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

21.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, em observância aos prazos legais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os endereços constantes no preâmbulo deste instrumento.

22.2. A CONTRATADA declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato;

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Contrato.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias, de igual teor e forma, pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes: Belém, 22 abril de 2021.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPMB  
CONTRATANTE

REDELAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
CONTRATADA

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPMB, por seu presidente, no uso de suas atribuições legais, RECONHECE, com base em parecer emitido pela Procuradoria Jurídica do IPMB, a DISPENSA DE LICITAÇÃO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REDELAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (MATRIZ E FILIAL), PARA FORNECER PRODUTOS – MATERIAIS DE INFORMÁTICA – ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.657.301/001-46. O valor global é de R\$-11.063,55 (ONZE MIL SESENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), resultante do Memorando Interno nº 001/2021/NUTI/IPMB, consoante o Processo Administrativo nº 2021.69.201457 PA, encontrando-se em conformidade com o que preceitua o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bem como o disposto no parágrafo único, do art. 26, do mesmo diploma legal e na dotação orçamentária para:

PREVIDÊNCIA: Órgão: 2.18 - Unidade Orçamentária: 41 - Função: 09 – Sub Função: 122 – Programa: 0006 – Projeto/Atividade: 2140 - Sub Ação: 002 – Tarefa: 001 – Natureza da Despesa: 33.90.30.00 – Fonte de Recurso: 14300000000 no valor de R\$ 11.063,55.

Belém, 22 de abril de 2021.

**EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO**  
Presidente do IPMB

**FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA E O SR. FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS.**

O MUNICÍPIO DE BELÉM, representado pela FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XIII, com sede à Av. Rômulo Maiorana, nº. 1018, Bairro: Marco, CEP: 66.093-005, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.065.644/0001-81, nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. ALFREDO CARDOSO COSTA, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 2789544 SSP/PA e do CPF/MF nº 224.141.692-49, residente e domiciliado em Belém - PA, doravante designada LOCATÁRIA, e como LOCADOR, Sr. FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 2582537 – SEGUP/PA e do CIC/MF nº. 047.645.792-00, residente e domiciliado à Av. Presidente Pernambuco nº. 168, Ed. Pte Pernambuco, 301, CEP. nº 66015-200, cidade de Belém, Estado do Pará, celebram o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel não residencial nº. 006/2020, onde funciona o CAMAR I, mediante as disposições a seguir expressas, definidoras do direito, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto deste Termo Aditivo é prorrogar o Contrato nº. 006/2020 por 12 (doze) meses, a contar de 11/03/2021 a 10/03/2022, bem como manter o valor mensal do referido instrumento contratual, conforme entabulado nos autos do Proc. nº. 8463/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor mensal do referido contrato será mantido em

R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme as partes pactuaram no Processo Administrativo nº. 8463/2020, através do Termo de Acordo, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - As despesas deste Termo Aditivo correrão a conta da dotação orçamentária da Contratante, obedecendo as seguintes classificações: Projeto/Atividade: 2.007 – Sub-Ação: 009 – Tarefa: 006 - Elemento de Despesa: 33903600 – Fonte: 1311020300 – Fundo: FMAS.

CLÁUSULA QUINTA - O valor global decorrente do presente TERMO ADITIVO é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA SEXTA - Todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº. 006/2020 não modificados através do presente Termo Aditivo permanecem inalteradas em pleno vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do presente Termo Aditivo será extraída (i) cópia assinada pela LOCADORA, para arquivamento na FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII – FUNPAPA; (ii) cópia a ser enviada para conhecimento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA); e para Publicação de Extrato do referido Termo Aditivo no Diário Oficial do Município de Belém (§ único, art. 61, da lei nº. 8.666/93) para que produza seus jurídicos e legais efeitos perante terceiros.

E, por estarem justas e acordadas, as partes supramencionadas firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 006/2020 em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza seus efeitos legais.

Belém, 10 de março de 2021.

**ALFREDO CARDOSO COSTA**  
Presidente da Fundação Papa João XXIII  
LOCATÁRIA

**FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR DIAS**  
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
CPF nº:

2- \_\_\_\_\_  
CPF nº:

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA E A EMPRESA ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA.**

A FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA, órgão da Administração Pública Indireta do Município de Belém, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.065.644/0001-81, com sede nesta cidade à Av. Rômulo Maiorana, nº. 1018, bairro do Marco, como CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. ALFREDO CARDOSO COSTA, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 2789544 SSP/PA e do CPF/MF nº. 224.141.692-49, residente e domiciliado em Belém – PA e como CONTRATADA, a Empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, empresa com sede estabelecida à Avenida Pedro Miranda nº. 1102, Bairro: Pedreira, CEP: 66.085-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.865.761/0001-06, doravante denominada CONTRATADA e neste ato representada por seu Diretor, Sr. LEANDRO JOSÉ PEREIRA MACEDO, brasileiro, casado, portador do RG nº. 10.160-OAB/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº. 297.959.662-00, residente e domiciliado nesta capital, celebram o Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº. 002/2020, mediante as disposições a seguir expressas, definidoras do direito, obrigações e responsabilidades das partes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº. 002/2020 pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2021 a 01/03/2022, conforme solicitação descrita nos autos do Processo nº. 0353/2021 – DA/DOM/SECTOR VIGILÂNCIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor global deste Termo Aditivo é de R\$ 2.047.755,60 (Dois milhões e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) e suas despesas correrão por conta da dotação orçamentária da Contratante, obedecendo a seguinte Funcional Programática: Projeto/Atividade: 2162 Sub Ação: 001 – Tarefa: 003 – Elemento de Despesa: 33903700 – Fonte: 1001010000 – Fundo: APLICAÇÕES GERAIS; Projeto/Atividade: 2009 Sub Ação: 003 - Tarefa: 005 – Elemento de Despesa: 33903700 – Fonte: 1311020700 – Fundo: FMAS; Projeto/Atividade: 2007 Sub Ação: 004 – Tarefa: 002 – Elemento de Despesa: 33903700 – Fonte: 1311020300 – Fundo: FMAS; Projeto/Atividade: 2007 Sub Ação: 009 – Tarefa: 003 – Elemento de Despesa: 33903700 – Fonte: 1311020300 – Fundo: FMAS.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº. 002/2020 e seus Aditivos, desde que não modificados através do presente Termo, permanecem inalteradas e vem pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Do presente Termo Aditivo será extraída (i) cópia assinada pela CONTRATADA, para arquivamento na FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII – FUNPAPA; e (ii) cópia a